

# O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA E DA LEITURA: ANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA<sup>1</sup>

Regina Aparecida Loureiro Caroni- UNINOVE- [regina.caroni@uol.com.br](mailto:regina.caroni@uol.com.br)

Formação docente e sustentabilidade ecológica sob o olhar da complexidade e da transdisciplinaridade

## Resumo

Este trabalho caracteriza-se como um estudo, numa perspectiva longitudinal, sobre a trajetória do processo de aquisição da escrita e da leitura dos alunos, em dois momentos distintos: no 2º e 5º anos do ensino fundamental, por meio da fala de professores regentes, da equipe de gestão e de fichas individuais sobre os alunos. O objetivo foi verificar se a trajetória escolar do aluno sofre influência direta ou indireta das percepções, contradições e/ou discrepâncias, certezas e/ou incertezas do professor, como também de condições adversas e/ou outros fatores sociais, econômicos e políticos. As entrevistas com os professores das classes do 5º ano foram comparadas com as realizadas com as dos professores do 2º ano, momento em que foram identificados os alunos com queixa de dificuldade de aprendizagem. A partir da análise qualitativa das entrevistas, à luz do pensamento complexo de Edgar Morin e levando-se em conta a tríade aluno-professor-contexto, composta de três dimensões complementares, concorrentes e antagônicas, puderam ser identificadas as seguintes categorias temáticas: causa das dificuldades de aprendizagem, avaliação do processo de aquisição da escrita e da leitura, encaminhamento do aluno e/ou recomendações, intervenção do professor ou da escola, interferências do contexto no processo.

**Palavras-chave:** Complexidade. Subjetividade. Alfabetização.

## Introdução

O ponto de partida desta pesquisa foi a dissertação de mestrado (CARONI, 2011) que investigou a relação entre a queixa do professor e o fracasso escolar, levantando a hipótese de que a queixa do professor sobre a dificuldade de aprendizagem de um aluno no início da 1ª série do Ciclo I do ensino fundamental<sup>2</sup> interfere no processo de alfabetização, podendo levá-lo ao fracasso.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da tese de doutorado: CARONI, Regina Aparecida Loureiro. *A trajetória escolar no processo de aquisição da escrita e da leitura*. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015. 284 fls.

<sup>2</sup> A LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996) sinalizou para o ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos 6 anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei nº 10.172 (BRASIL, 2001), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274 instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração, com a inclusão das crianças de 6 anos (BRASIL, 2006, p. 3). No período de transição entre as duas estruturas, cada sistema de ensino da organização federativa do Brasil deveria estabelecer uma proposta para atender, em 2006, tanto as crianças ingressantes com 6 anos completos ou a completar no início do ano quanto as crianças de 7 anos. No estado de São Paulo, para facilitar a coexistência dos dois sistemas, optou-se por continuar nomeando de 1ª série as classes com crianças de 7 anos e que iniciariam o ensino fundamental de oito anos, e de 1º ano, as classes com crianças de 6 anos e que possuem a garantia de nove anos de estudo nessa etapa da educação básica. Com essa ampliação, a criança terá mais tempo (dois anos) para se

A verificação do processo de alfabetização realizada pelo professor baseia-se nas orientações do Programa Ler e Escrever, implantado na rede pública municipal paulista em 2005 e que subsidia o Projeto Bolsa Alfabetização desde 2007, nas escolas públicas do Estado de São Paulo. O objetivo desse Projeto é a possibilidade de tornar todos os alunos leitores e escritores competentes, visando à construção de uma escola inclusiva. Para tanto, o professor deve criar situações que possibilitem as práticas sociais que se utilizam da escrita.

Os estudantes universitários, participantes do projeto, denominados “alunos pesquisadores”, em seus relatos mensais, trouxeram uma inquietação a respeito das queixas dos professores sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos, logo no início do processo de alfabetização, o que provocou a investigação da relação entre a queixa do professor e o fracasso escolar, na dissertação de mestrado.

A dissertação revelou que não se trata apenas de analisar a queixa e suas prováveis causas na voz do professor, mas sim tentar compreender as inter-relações que acontecem no contexto da sala de aula, da escola, da família e da comunidade e até que ponto essas inter-relações podem interferir no processo de aprendizagem do educando.

Pretendeu-se na tese de doutorado compreender as inter-relações que ocorrem dentro da escola e da sala de aula no processo de aprendizagem, por intermédio do relato do professor e da equipe de gestão, analisado à luz do pensamento complexo de Edgar Morin, podendo sugerir um repensar sobre a aquisição da leitura e escrita no decorrer do processo de escolarização.

Edgar Morin (2009, p. 13) propõe o pensamento complexo tendo em vista “as realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários” em oposição aos saberes fragmentados, separados em disciplinas e que não levam em conta as relações e inter-relações entre partes e todo, a multidimensionalidade e o essencial dos problemas, que devem ser vistos em seu contexto.

Para Morin (2009, p. 14):

Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os

---

apropriar da aprendizagem da alfabetização e letramento. Levando em conta essa reestruturação, o Projeto Bolsa Alfabetização determinou que as alunas pesquisadoras, em escolas reestruturadas, auxiliassem as professoras regentes das classes do 2º ano do Ciclo I do ensino fundamental, pois é nesse momento que deve ocorrer o processo de alfabetização.

desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade.

Morin (2009) propõe três operadores para o pensamento complexo: o hologramático, o dialógico e o recursivo. O hologramático “põe em evidência este aparente paradoxo das organizações complexas, em que não apenas a parte está no todo, como o todo está inscrito na parte” (MORIN, 2009, p. 94). O dialógico significa juntar, entrelaçar coisas que estão aparentemente separadas, portanto, “une dois princípios ou duas noções que deviam excluir-se reciprocamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade” (MORIN, 2009, p. 95-96). E o recursivo significa dizer que uma causa produz o efeito que produz a causa, ou seja, nós somos produtos e produtores de nós mesmos; “ultrapassa a noção de regulação com as de autoprodução e auto-organização” (MORIN, 2009, p. 95).

Há a necessidade de um pensamento que ligue e enfrente a incerteza, que junte e organize os componentes (biológicos, culturais, sociais, individuais) da complexidade humana.

Ao analisar, à luz da complexidade, as relações interpessoais que ocorrem em uma sala de aula, entre o professor e o aluno e entre os alunos, e como essas relações podem influenciar no processo de aprendizagem de maneira significativa, deve-se levar em conta que “a afetividade intervém no desenvolvimento e nas manifestações de inteligência” (MORIN, 2007, p. 121).

Para Morin (2011, p. 47), “o humano é um ser, a um só tempo, plenamente biológico e plenamente cultural, [...] se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível [... portanto] O homem só se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura”.

Morin (2011, p. 56) propõe a reforma do pensamento, que vem a ser o desenvolvimento da “aptidão de contextualizar e de globalizar, uma vez que a exigência da era planetária é pensar sua globalidade, a relação todo-partes, sua multidimensionalidade, sua complexidade”.

Eis um impasse muito bem colocado por Morin, pois qualquer modificação na sociedade provoca uma modificação na escola e vice-versa.

O objeto de pesquisa foi a aquisição da escrita e da leitura ao final do Ciclo I do ensino fundamental, dos alunos que receberam a queixa do professor sobre a dificuldade

de aprendizagem no início do processo de alfabetização, focalizando quatro anos de escolarização.

Parte-se da hipótese de que a trajetória escolar do aluno sofre influência direta ou indireta das percepções, contradições e/ou discrepâncias, certezas e/ou incertezas do professor, como também de condições adversas e/ou outros fatores sociais, econômicos e políticos.

O presente trabalho engloba pesquisa bibliográfica, de campo e documental, realizando uma abordagem qualitativa.

## **Desenvolvimento**

O ponto de partida foram as entrevistas com os professores do 2º ano do ensino fundamental, realizadas em meados e no final do ano letivo e analisadas na dissertação de mestrado, cujo objeto de pesquisa era a queixa do professor regente de classe no início da alfabetização acerca do processo de aprendizagem dos seus alunos.

As principais categorias temáticas que sobressaíram no decorrer da leitura e análise dessas entrevistas, no início da escolaridade, foram: imaturidade, família, questões individuais do aluno e encaminhamento para especialistas. Por intermédio delas foi possível estabelecer as relações dos elementos do texto entre si, voltando-se para o objetivo do estudo: identificar e analisar, no discurso do professor, as percepções e/ou representações que podem interferir no processo de alfabetização.

Passados quatro anos, houve o retorno à escola para localizar os alunos citados por seus professores como tendo dificuldade de aprendizagem logo no início do processo de alfabetização, e verificar sua trajetória escolar. Supondo que a maioria se encontraria no 5º ano do ensino fundamental, levando em conta a progressão continuada<sup>3</sup>, previu-se entrevistar os professores para obter informações sobre o processo de aquisição da escrita e da leitura dos referidos alunos. Após a localização dos alunos foi possível realizar entrevistas com os professores de final de ciclo, a respeito dos alunos que se encontravam frequentando o 5º ano nessa escola, caso não tivessem sido transferidos ou considerados evadidos no decorrer desse período.

---

<sup>3</sup> Progressão continuada instituída pela Deliberação CEE nº 9/97 (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1997) no estado de São Paulo, de acordo com a LDB nº 9.394/96. O regime de progressão continuada tem a finalidade de garantir a todos o direito de acesso, permanência e sucesso no ensino fundamental, garantindo atividades de reforço e de recuperação aos alunos com dificuldades de aprendizagem, por meio de novas e diversificadas oportunidades para a construção do conhecimento e do desenvolvimento de habilidades básicas.

Essas entrevistas foram comparadas com as duas outras realizadas no início do ciclo, obtendo-se, assim, o relato de dois professores, em anos diferentes, sobre os mesmos alunos. Foram também levadas em consideração as falas obtidas junto à equipe de gestão, coordenação e direção, por meio de entrevistas não estruturadas, cuja dinâmica foi permitir que a informação corresse fluentemente, sem ter o risco de limitar a fala do entrevistado.

O conteúdo das entrevistas foi analisado qualitativamente, o que permitiu verificar a existência de contradições, discrepâncias e concordâncias nas colocações a respeito do processo de aquisição da escrita e da leitura dos alunos pesquisados, ou mesmo percepções, contradições e/ou discrepâncias, certezas e/ou incertezas, como também condições adversas e/ou interferências que ocorreram em relação a determinado aluno ao longo desse período de quatro anos.

Tal procedimento permitiu verificar a trajetória do aluno que recebeu a queixa de dificuldade de aprendizagem no início do processo de aquisição da escrita e da leitura e como se encontrava no final desse processo, segundo o relato de seus professores e informações obtidas por meio da equipe de gestão da escola, bem como de fichas individuais.

Para finalizar o caminho percorrido por meio das inter-relações entre os diferentes aspectos pesquisados, e tendo como objeto a aquisição da leitura e da escrita no final do Ciclo I do ensino fundamental dos alunos que receberam a queixa do professor no início de sua alfabetização, houve a necessidade de levar em conta, para efeito de análise, a tríade aluno-professor-contexto. Neste caso, contexto é entendido como as questões da escola e da sociedade, em seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

A proposta de utilizar a tríade: aluno-professor-contexto foi para produzir, como diz Morin (2009, p. 24-25):

[...] a emergência de um pensamento “ecologizante”, no sentido em que situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro, natural. [...] Trata-se de procurar sempre as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes.

Retomando os três princípios que ajudam a pensar a complexidade, pode-se dizer que a relação aluno-professor-contexto é hologramática, recursiva e dialógica.

Hologramática: o aluno e o professor estão no contexto, assim como o contexto está no aluno e no professor, ao mesmo tempo em que o aluno é uma parte da classe e o professor é também uma parte da classe; essa classe é, por sua vez, parte do contexto e esse contexto como um todo está neles.

Recursiva: a relação aluno-professor-contexto realiza-se conforme um anel de produção mútua, em que as interações entre alunos e professores produzem o contexto. O contexto constitui-se em um todo organizador, cujas qualidades emergentes retroagem sobre alunos e professores, incorporando-os. O contexto organiza e estabelece as interações que o produzem e garante sua continuidade por meio da incorporação das novas gerações de alunos e professores. Assim, alunos e professores produzem o contexto que produz alunos e professores.

Dialógica: a relação aluno-professor-contexto é, ao mesmo tempo, complementar e antagonica. Assim sendo, quanto à complementaridade pode-se dizer que não há um contexto sem alunos e professores (indivíduos) e não há alunos e professores, propriamente humanos, dotados de espírito, de linguagem, de cultura, sem o contexto. E o antagonismo vem da oposição entre o egocentrismo (indivíduos – aluno e professor) e o sociocentrismo (o contexto). Assim, a relação aluno-professor-contexto mantém o antagonismo na complementaridade e a complementaridade no antagonismo; dessa forma, o contexto pode ser ao mesmo tempo comunitário ou de rivalidade. Os egocentrismos dos alunos e dos professores encontram-se em rivalidade, competição e conflitos no contexto, mas, quando há um interesse comum, a solidariedade se manifesta em virtude do sociocentrismo (o contexto). Ou seja, qualquer contexto é, ao mesmo tempo, um campo de interesses individuais e uma comunidade voltada ao interesse coletivo.

Quando se fala na tríade aluno-professor-contexto, pode-se dizer que essas “três instâncias trinitárias [...] funcionam numa engrenagem de dependência recíproca, numa poli-organização trinitária, umas gerando as outras” (MORIN, 2007, p. 171).

### ***Perfil dos alunos***

Para atender a essa tríade, inicialmente foi apresentado o perfil dos alunos pesquisados, que foram indicados por seus professores, no início do processo de alfabetização (2º ano), como tendo alguma dificuldade de aprendizagem. Constatou-se que mais da metade dos alunos (61%) com queixa de dificuldade de aprendizagem no início de seu processo de aquisição da escrita e da leitura tinha menos de 7 anos de idade. Determinar a dificuldade de aprendizagem do aluno com 6 anos de idade, logo no

início de seu processo de escolarização, é surpreendente e denota o desconhecimento de teorias do desenvolvimento infantil e da aprendizagem por parte desse professor. Deve-se salientar que, quando o professor aponta aluno acima de 8 anos como tendo dificuldade de aprendizagem (13,1%), justifica que é tarde para iniciar o processo de alfabetização, mas normalmente trata-se de criança que não teve a oportunidade de frequentar escola antes dessa idade, por questões pessoais, de saúde ou até mesmo devido à localização da escola no local onde residia. Nota-se uma dicotomia na fala do professor, pois normalmente considera que a criança entre 6 e 7 anos é imatura para o processo de aquisição da leitura e da escrita, mas a que tem mais de 8 anos já se encontra em uma faixa etária tardia para tal aprendizado.

É interessante notar que, enquanto a maioria das pesquisas sobre dificuldade de aprendizagem constata maior incidência de queixa sobre o sexo masculino, nesta pesquisa a incidência maior ocorreu no sexo feminino, havendo apenas um empate no 5º ano.

Dando continuidade ao estabelecimento do perfil dos alunos pesquisados, foi levado em consideração o resultado final de cada um deles no decorrer dos quatro anos de escolaridade. Foram consideradas as categorias “promovido”, “promovido pelo conselho de classe e série”, “transferido”, “evadido” e “retido no 5º ano”.

Verifica-se que a maioria dos alunos que receberam a queixa do professor no 2º ano do Ciclo I do ensino fundamental foi promovida, naquele ano, pelo Conselho de Classe e Série. Essa porcentagem diminuiu consideravelmente no 3º e 4º anos, sendo, respectivamente, de 11,4% e 3,7%, aumentando novamente no 5º ano, com 7,4% dos alunos.

No 5º ano, por ser o último do Ciclo I do ensino fundamental – momento em que há a retenção do aluno que não atingiu os objetivos propostos para essa etapa –, houve uma porcentagem de aproximadamente 26% de alunos retidos, ou seja, que permanecerão na escola para frequentar o 5º ano no Projeto Intensivo no Ciclo (PIC), classe que utiliza uma metodologia diferenciada.

Do total de alunos pesquisados, 71% frequentou até o 5º ano nessa escola, sendo que os demais foram transferidos ou considerados evadidos.

Do total de alunos que chegou a frequentar o 5º ano nessa escola, 70,3% foram aprovados, sendo que dois deles pelo Conselho de Classe e Série, 26% permaneceram no 5º ano, ou seja foram retidos no ciclo I do ensino fundamental e apenas um aluno (3,7%) solicitou transferência.

### *O relato do professor*

Deve-se levar em conta que diferentes professores podem ter percepções divergentes a respeito do processo de aprendizagem de um aluno. Esta pesquisa propôs-se a analisar as falas de dois professores a respeito do mesmo aluno, comparando dois relatos em dois momentos diferentes: no início (2º ano) e no final (5º ano) do Ciclo I do ensino fundamental, identificando as percepções, contradições e/ou discrepâncias, certezas e/ou incertezas desses educadores.

Em uma primeira leitura das entrevistas realizadas, identificam-se ideias que se repetem na fala do professor, tanto em relação ao aluno quanto ao contexto que pode influenciar o processo de ensino, ou mesmo as inter-relações existentes entre esse professor, o aluno e o contexto.

Normalmente a fala do professor aponta, como causa da dificuldade de aprendizagem do aluno:

- imaturidade;
- falta de autonomia;
- insegurança;
- medo de errar;
- dificuldade de assimilação e concentração;
- dificuldade de memorização;
- dificuldade nas questões ortográficas;
- necessidade de ajuda do professor;
- não cumprimento da tarefa no tempo proposto.

Quanto ao contexto e/ou inter-relações existentes ao longo do processo de aprendizagem do aluno, a fala do professor determina:

- necessidade de acompanhamento familiar;
- necessidade de encaminhamento para a área da Saúde, em especial, psicólogo, fonoaudiólogo e médico;
- necessidade de ensinar o aluno a organizar o pensamento, para tentar pensar sozinho;
- estabelecimento de determinada causa para a dificuldade do aluno;
- profecia sobre o fracasso do aluno em relação aos irmãos que já passaram pela escola e/ou à família cujos pais são dependentes químicos ou detentos;



- avaliação como momento de comparação do processo de aprendizagem de um aluno com o do restante da sala;
- interferência da idade do aluno no processo de aprendizagem.

Percebe-se, pela leitura das informações fornecidas pelo professor, que nem sempre o registro, feito por ele, na ficha individual do aluno corresponde ao que ele expressa na entrevista a respeito do mesmo aluno. Para Morin, “A entrevista se fundamenta na fonte mais rica e duvidosa de todas, a palavra. Ela traz, quase sempre, o risco da dissimulação e da fabulação” (MORIN; CLOTET; SILVA, 2007, p. 66), o que pode explicar essa contradição. Por outro lado, o registro escrito na ficha permite um repensar sobre o que será colocado a respeito do aluno, causando uma contradição entre o escrito e o falado.

De certa forma, a fala do professor individualiza o sujeito como o único responsável pelo seu processo de aprendizagem e atribui, geralmente, determinada causa para uma dificuldade específica, denotando uma compreensão generalista dos conceitos teóricos a respeito do desenvolvimento e da aprendizagem. O professor tenta inferir, classificar e interferir em função de uma teorização própria.

### ***Caracterização do contexto***

Para melhor compreensão do objeto de estudo, faz-se necessário identificar o contexto no qual ocorreu o processo de aquisição da escrita e leitura dos alunos apontados como tendo dificuldade de aprendizagem logo no início de sua escolarização.

Inicialmente, caracteriza-se o contexto pelo município onde se localiza a escola, que se emancipou do município de São Paulo em 1965, sendo constituído por uma população que reside totalmente na zona urbana, cuja etnia preponderante é a branca (50,72%), seguida pelos pardos (40,26%) e com uma expectativa de vida de 71 anos de idade. Predomina o catolicismo (53,75%), seguido do protestantismo (30,76%) e o restante da população dividida pelas demais religiões ou mesmo sem religião (9,95%) A incidência da pobreza na população é alta (46,74%), embora a pobreza subjetiva, ou seja, aquela que é percebida pelo sujeito, seja de apenas 18,27%.

O município apresenta uma *renda per capita* inferior à do estado e à da região. Possui uma taxa de alfabetização de aproximadamente 94% da população, com IDH educação de 0,693. Ocorre, nesse município, uma diminuição de matrículas no ensino fundamental nas escolas públicas e um acréscimo significativo nas particulares.

A escola fica em um bairro formado por cinco áreas de invasão, às margens de um córrego que separa dois municípios, por imigrantes nordestinos com baixo nível de escolaridade, que dependem de auxílios governamentais e não governamentais e trabalham em serviços informais. A renda mensal fixa da maioria das famílias dos alunos provém do trabalho da mulher, enquanto o homem trabalha em empregos informais e esporádicos. A moradia da maioria dos alunos é construída em terrenos de maneira irregular ou ilegal, localizada às margens do córrego e sujeita a problemas de enchente constantes.

A escola cede suas dependências para atividades de lazer e/ou comunitárias, e também oferece aos alunos, familiares e comunidade a Escola da Família nos finais de semana, com atividades diversificadas. Participa de projetos diferenciados, tais como o ProJovem, que promove a inclusão social dos jovens de 18 a 24 anos não concluintes do ensino fundamental; o Projeto Bolsa Alfabetização, que conta com um universitário na classe de alfabetização como aluno pesquisador; e o PROERD, programa preventivo ao uso de drogas. Fornece suas instalações para aulas do ensino fundamental na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA), pela prefeitura do município.

Não se pode deixar de assinalar o contexto histórico-social, econômico e político, em especial, no que se refere à alfabetização, preocupação sempre presente nos organismos internacionais, desde a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, e com maior ênfase logo após a Segunda Guerra Mundial, na segunda metade do século XX, influência do processo de industrialização do país, que teve início na década de 1930. O capitalismo industrial exigiu condições mínimas aos trabalhadores para concorrer no mercado e a complexidade desse período histórico até os dias atuais repercutiu na evolução da educação.

Vários programas foram propostos no Brasil para atingir as metas e ações propostas nas reuniões e conferências internacionais, sendo o mais recente o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), de 2012, como um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. E o Plano Nacional Educação, promulgado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de dez anos, estabelece como uma de suas diretrizes a erradicação do analfabetismo (BRASIL, 2014).

### **Considerações Finais**

A partir da análise qualitativa das entrevistas, à luz do pensamento complexo de Edgar Morin e levando-se em conta a tríade aluno-professor-contexto, composta de três dimensões complementares, concorrentes e antagônicas, puderam ser identificadas as seguintes categorias temáticas: causa das dificuldades de aprendizagem, avaliação do processo de aquisição da escrita e da leitura, encaminhamento do aluno e/ou recomendações, intervenção do professor ou da escola, interferências do contexto no processo. Observa-se que o professor empreende ações em relação a seus alunos, tais como encaminhamentos, recomendações e intervenções que já se encontram disponíveis na comunidade, mas não acompanha o efeito dessa ação. O professor encontra dificuldade em relação à mudança de paradigma, não se apropriando adequadamente da concepção construtivista, e passa a usar de maneira inadequada tanto essa concepção quanto a empirista, provocando um descompasso no processo de ensino e, conseqüentemente, no de aprendizagem. O professor necessita considerar a si próprio como sujeito do processo de ensino e ao aluno como sujeito do processo de aprendizagem, e compreender que esses dois processos são antagônicos, porém complementares. Assim como os alunos sofrem a interferência das percepções, contradições e/ou discrepâncias, certezas e/ou incertezas do professor, este é produzido e produz o ensino, e também é influenciado pela sua formação. Nesse sentido, a aquisição da escrita e leitura pelos alunos sofre a influência da formação de professores que é realizada nas universidades, donde se deduz que as mudanças devem ocorrer nesse nível de ensino, com reflexão sobre as matrizes curriculares para a formação desse profissional, que, de certa forma, torna-se refém de tal contexto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino

fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/111274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/111274.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição extra, 26 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: a aprendizagem do sistema de escrita alfabética**. Ano 1, unidade 3. Brasília, DF: MEC, SEB, 2012. Disponível em: <[http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano\\_1\\_Unidade\\_3\\_MIOLO.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_1_Unidade_3_MIOLO.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CARONI, Regina Aparecida Loureiro. **Fracasso escolar e queixa do professor: uma relação a ser investigada**. 2010. Dissertação (Mestrado em Teorias em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2011.

CARONI, Regina Aparecida Loureiro. **A trajetória escolar no processo de aquisição da escrita e da leitura**. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015. 284 fls.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina, 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MORIN, Edgar. **O Método 5: a humanidade da humanidade**. Trad. Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MORIN, Edgar; CLOTET, Joaquim; SILVA, Juremir Machado da. **As duas globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina: EdiPUCRS, 2007. (Comunicação, 13).